

Veículo: TV Cabália	
Data: 11/03/2020	Programa: Cabália no Ar
Assunto: Operação de combate à sonegação fiscal – cita a Sefaz .	

Data: 11/03/2020

Hora: 07:39:00

Duração: 00:01:23

Emissora: TV CABRÁLIA

Programa: CABRÁLIA NO AR

Apresentador(a): CAMILA MORAIS

Categoria:

Citação Direta: Sim

Impacto: NEUTRO

Sinopse: Uma operação nacional de combate de sonegação de impostos cumpriu mandados em uma empresa da Cidade de Guanambi – “Quem viver verá”. De acordo com o Ministério Público a empresa em Guanambi é do tipo noteira, que só existe no papel para emitir notas fiscais. Cita a **Secretaria da Fazenda**.

Veículo: Rádio Band News FM	
Data: 11/03/2020	Programa: --
Assunto: Operação de combate à sonegação fiscal – “Quem viver verá”.	

Data: 11/03/2020

Hora: 11:17:15

Duração: 00:00:52

Emissora: BAND NEWS

Programa: BAND NEWS 11/12

Apresentador(a):

Categoria:

Citação Direta: Não

Impacto: NEUTRO

Sinopse: Dois mandatos de busca e apreensão são cumpridos em uma empresa de Guanambi no sudoeste da Bahia. Operação “Quem viver verá”.

Tribuna

Rui vai ao TCU contra redução do Bolsa Família no Nordeste

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

O governador da Bahia, Rui Costa (PT), anunciou, durante uma transmissão nas redes sociais, que vai entrar com representação no Tribunal de Contas da União (TCU), em Brasília, contra o Governo Federal, após polêmica envolvendo concessões do Bolsa Família ao Nordeste.

Dados do cadastro do programa revelou que o governo de Jair Bolsonaro priorizou, em janeiro, famílias das regiões Sul e Sudeste, que ficaram com 75% das novas concessões, em detrimento das famílias do

Nordeste, que responderam por apenas 3% das inclusões. Aproximadamente, 1 milhão de famílias aguardavam uma resposta do Ministério da Cidadania para ingressarem no programa de proteção social e transferência de renda aos mais pobres.

Aos nove Estados da região, onde os governadores fazem oposição ao presidente, foram concedidos 3.025 benefícios, metade do que foi liberado isoladamente ao Estado de Santa Catarina, governado por Carlos Moisés (PSL) e que tem o terceiro maior PIB per capita do país.

Além do governador, que estará no Tribunal represen-

tando o Consórcio Nordeste, do qual é presidente, também estará presente representantes do consórcio dos governadores da região Norte, outra que foi pouco beneficiada no âmbito do Bolsa Família.

"Todos acompanharam esse absurdo, verdadeiro escândalo praticado pelo Governo Federal. [...] Vamos amanhã fazer representação formal ao TCU pra solicitar providências com relação ao não cumprimento da lei, que regulamenta a distribuição e credenciamento, prioridade, para cadastro do Bolsa Família, que deveriam ser as famílias mais pobres", afirmou Rui.



Costa cobra ainda o cumprimento dos critérios estabelecidos pela Lei nº 10.836, a lei do Bolsa Família, de 2004. O chefe do Executivo baiano espera o apoio dos outros governadores da região. O Ministério Público Federal e o Podemos também pediram explicações ao ministro da Cidadania, Onyx

Lorenzoni sobre os critérios de distribuição dos benefícios.

Além de Rui, o governador de Pernambuco, Paulo Câmara (PSB), declarou nas redes sociais que o atual direcionamento do Bolsa Família não poderá ser permitido, pois é "mais uma atitude preconceituosa e desu-

RUI COSTA anunciou que vai entrar com representação no TCU, em Brasília, contra o Governo Federal

mana do governo federal". O senador alagoano Renan Calheiros (MDB), por sua vez, reclamou da falta de equidade do programa. "Como relator do Bolsa Família, não concordo com o descalabro do programa. A inversão que passa a privilegiar o Sul, em detrimento de quem mais precisa, o Nordeste, deve ser corrigida pelo Congresso. Isso é nosso papel", escreveu, em seu perfil no Twitter.

Desde o ano passado, por falta de dinheiro, o governo passou a controlar a entrada de beneficiários no Bolsa família. Com a barreira em todo o país, a fila de espera, que havia sido extinta em julho de 2017, voltou e não há previsão para ser novamente zerada.

Tribuna

ECONOMIA

Turistas injetam cerca de R\$ 1,25 bi no Carnaval deste ano

YURI ABREU
REPÓRTER

Os turistas que passaram o Carnaval em Salvador geraram uma receita de aproximadamente R\$ 1,25 bilhão, durante sete dias de festa. A média de idade

entre eles foi de 34 anos, com renda média de R\$ 6.389,96, sendo na maioria pessoas do gênero feminino (51,8%). A hospitalidade do povo baiano foi o que mais agradou os visitantes nos dias de folia (40%), além do festejo em si (26%). Os dados foram

apontados pela Pesquisa de Caracterização e Dimensionamento do Turismo Receptivo e Avaliação de Serviços Durante o Carnaval de Salvador – 2020, realizado pela Secretaria de Turismo do Estado da Bahia (Setur), por meio da Diretoria de Planejamento

Turístico, no período de 22 a 27 de fevereiro.

O estudo teve como objetivo identificar o perfil dos turistas que visitaram Salvador durante o Carnaval, seus hábitos e avaliação dos serviços, equipamentos e atrativos turísticos, além de dimensionar a receita gerada por eles no período pesquisado.

De acordo com a Setur, a maior parte dos turistas entrevistados avaliou positivamente os serviços dos estabelecimentos de hospedagem. Atendimento, serviço de garçom, camaroneira e alimentação foram apontados como muito bom e bom, representando mais de

80%. Dentre os entrevistados, 63% frequentaram bares e restaurantes da capital baiana. O gasto médio dos turistas por pessoa no período foi de R\$ 1.969,97.

O atendimento do projeto Guias e Monitores, do órgão estadual, também foi muito bem avaliado na pesquisa. Entre os turistas entrevistados que utilizaram o serviço, 94% consideraram o atendimento como muito bom ou bom. A principal forma de participação dos visitantes que passam o Carnaval em Salvador foi o festejo de rua (60%), seguido por camarote (37%) e blocos (37%).

“A gente está amadurecendo a cada ano

que passa esses números, para que possamos fazer um melhor planejamento e assertividade de quem é esse público que frequenta o nosso carnaval. É muito interessante que a gente vê que é o baiano quem tem um protagonismo diante do todo, seguido de São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco. A grande maioria dos entrevistados, cerca de 86%, disse que pretende voltar em uma próxima edição, e muitos deixaram a cidade satisfeitos com nossa hospitalidade, nossas praias, serviços de hospedagem e as melhorias que vêm sendo feitas no aeroporto”, disse Fausto Franco, secretário de turismo.

STEPAN NERCESSIAN

MINA NERCESSIAN

LEANDRO LIMA

ELA NÃO TINHA PRESSA, AGORA CORRE CONTRA O **RELÓGIOBIOLÓGICO!**

Armando Avena



ANÁLISE ECONÔMICA,
FATOS E NEGÓCIOS

atarde.com.br/colunista/armandoavena
armandoavena@grupoatarde.com.br

O impacto do coronavírus na economia

As epidemias de gripe fazem parte da existência humana. No decorrer do século XX, três epidemias de gripe assustaram o mundo, incluindo aí a gripe espanhola, que matou mais de 50 milhões de pessoas. Essa gripe surgiu nos Estados Unidos e se disseminou pelo mundo, mas todos os países, envolvidos na 1ª Grande Guerra, censuravam as notícias, e só a Espanha, que ficou neutra, deixou sua imprensa noticiar os milhões mortos e, por isso, ficou conhecida como gripe espanhola. Aliás, Bolsonaro provavelmente diria que a gripe espanhola foi uma fantasia criada pela grande mídia da Espanha.

No século XXI estamos enfrentando a terceira epidemia de gripe: o novo coronavírus. Mas o homem, ao longo do tempo, aprendeu a dominar os surtos epidêmicos com uma série de técnicas, como a quarentena, que impede sua dissemina-

ção. Por isso, não faz sentido se deixar levar pelo pânico, como está acontecendo esta semana no mercado financeiro. As epidemias se propagam em ondas e não atingem todos os lugares ao mesmo tempo. Além disso, após um determinado período atingem um ponto de estabilização e começam a recuar. Por isso, é prematuro dizer que o novo coronavírus vai causar uma recessão

É prematuro dizer que o novo coronavírus vai causar uma recessão no mundo

no mundo. A China, por exemplo, já atingiu o ponto de estabilização da epidemia, ou seja, o momento em que, após alcançar o auge, o número proporcional de infectados começa a declinar rapidamente. Se a epidemia se estabilizar na China até o final de março, o impacto econômico vai se restringir ao 1º trimestre de 2020, e a economia chinesa vai voltar a crescer e, provavelmente,

Se a epidemia se estabilizar na China até o final de março, o impacto vai se restringir ao 1º trimestre

de forma mais acelerada para compensar as perdas. Claro que, enquanto declina na China, estará em franco crescimento nos países da Europa, mas, passado o auge do surto, a economia se recompõe e com mais dinamismo. É claro que esse cenário embute a suposição de que todos os países atingidos adotarão o protocolo adequado, como fez a China e a Itália. Agora, para que isto aconteça é preciso que se estabeleçam ações integradas entre os diversos países e que os líderes mundiais adotem políticas para evitar a desagregação dos mercados econômicos e financeiros. Mas, infelizmente, o que se vê é cada país agindo sozinho e na base do salve-se quem puder. E aí uma epidemia, cujo impacto econômico seria relativamente baixo, pode se tornar uma crise econômica de grandes proporções.

O mundo está sem líderes

O mundo não tem líderes, e isso está causando pânico no mercado e nas pessoas. A OMS – Organização Mundial da Saúde – não percebeu que cada declamação gera pânico, e o anúncio de que o mundo está em pandemia, emitida de forma apressada e sem qualificação, aticou os mercados e gerou mais uma onda de especulação. A essa altura, o G7 já deveria estar atuando em

conjunto e as agências internacionais atuando de forma organizada. E Donald Trump, líder da maior potência do mundo, parece preocupado apenas com seu quintal e, até o momento em que escrevo, sequer estabeleceu medidas econômicas para tentar acalmar os mercados. O coronavírus parece menos letal do que a escassez de líderes no mundo.

Ponte Salvador-Itaparica

O contrato para a construção da ponte Salvador-Itaparica será assinado em abril, no mais tardar maio. Quem garante é o secretário de Infraestrutura, Marcus Cavalcanti, que, juntamente com o chefe da Casa Civil, Bruno Dauster, participou de reunião com o consórcio que vai tocar a obra, que está dentro do cronograma. Já estão sendo solicitadas as licenças

ambientais para dar início às sondagens marítimas, e o chamado plano de ataque da obra está sendo montado e aproveitará o sítio do antigo estaleiro em Maragóipe. Não se sabe ainda se quem vai construir a ponte será uma SPE – sociedade de propósito específico – ou uma empresa comum, mas, segundo o secretário, a ponte já saiu do papel.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 12/03/2020	Página: 02

Tribuna

Conflito

O deputado federal João Roma (Republicanos) se reuniu ontem com o ministro Dias Toffoli, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para discutir o conflito tributário entre ICMS (imposto estadual) e ISS (imposto municipal) sobre empresas que operam através de aplicativos. Saiu com a impressão de que há soluções possíveis.

Veículo: G1	
Data: 12/03/2020	Caderno: Economia



Com aprovação de PECs, estados e municípios poderão reduzir R\$ 31,5 bi em gastos, prevê governo

PECs da Emergência Fiscal e do Pacto Federativo preveem gatilhos de corte de gastos se superados limites de despesas. Treze estados, DF e 2.450 municípios estariam nessa condição.

Por **Alexandro Martello, G1** — Brasília

12/03/2020 05h01 Atualizado há 6 horas

Levantamento da Secretaria de Fazenda do Ministério da Economia aponta que 13 estados, o Distrito Federal e 2.450 municípios terão mecanismos para cortar R\$ 31,5 bilhões em gastos correntes se a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) da **Emergência Fiscal** ou a do **Pacto Federativo** forem aprovadas pelo Congresso Nacional.

Segundo o cálculo da secretaria, essas despesas seriam reduzidas em R\$ R\$ 21,8 bilhões no caso dos estados e em R\$ 9,6 bilhões no dos municípios. As duas PECs foram encaminhadas ao Congresso pelo governo federal em novembro do ano passado e encontram-se na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal. Em ambas, o governo propôs que, em estados e municípios com despesas correntes (gastos do dia a dia, com pessoal e custeio, por exemplo) acima de 95% da receita corrente, possam ser acionados "gatilhos" para redução desses gastos.

De acordo com as PECs, a partir do momento em que o limite é ultrapassado é decretado estado de "emergência fiscal" por governadores e prefeitos – que tem de ser confirmado em até seis meses pelas assembleias legislativas estaduais e pelas câmaras municipais –, os estados e municípios teriam a escolha – mas não obrigatoriedade – de acionar "gatilhos" para cortar gastos correntes, como:

- reajuste para servidores,
- criação de cargos ou alteração de carreiras que impliquem aumento de despesa,
- criação de novas despesas de caráter obrigatório,
- contratações, admissões, ou realização de concursos,

- ampliação de benefícios tributários,
- suspensão da progressão e da promoção de servidores,
- correção de benefícios indenizatórios, e
- redução de jornada dos servidores com adequação de vencimentos.

"Se ultrapassou [o limite de 95% proposto nas PECs, isso quer dizer que o espaço de poupança [dos estados e municípios] para pagar dívida ou fazer investimentos está muito curto. Isso indicaria que está em uma situação de emergência fiscal", afirmou o diretor de Programas da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia, Bruno Funchal, responsável pelo levantamento.

O prazo de redução dessas despesas dependeria do tamanho do desequilíbrio de cada estado e município e das medidas que cada um escolher implementar, mesmo depois da eventual aprovação das PECs, explicou Funchal.

Segundo ele, essa redução de despesas abriria espaço para os estados e municípios realizarem mais investimentos.

"Olhando para estados, isso significaria um grande aumento, se a gente conseguisse resolver esse desajuste, de investimentos. Em 2018, os investimentos com recursos próprios [dos estados] foi de R\$ 25 bilhões. Você quase dobra o investimento que foi feito em 2018", declarou ele.

Considerando dados de 2018, 2.450 municípios, do total de 5.340 existentes no país, já teriam ultrapassado o limite proposto nas PECs. Treze estados (além do Distrito Federal) também: Acre, Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins.

Além disso, há outros cinco estados próximos desse limite (São Paulo, Mato Grosso do Sul, Paraná, Pará e Ceará), com 92,5% e 95% de despesas correntes acima das receitas e 1.480 municípios acima do nível de 90%. "O maior ponto é o seguinte: dá a liberdade para quem quiser – ou conseguir reduzir – fazer. É uma possibilidade. Quem não quiser, não faz", afirmou Bruno Funchal. "É mais para trazer um instrumento para o gestor. A gente tentou deixar essa flexibilidade para não ter nada imposto", disse.

Tribuna

Guedes quer 'blindar' a economia

TV GLOBO

Diante da crise internacional e das consequências do coronavírus para os mercados, o ministro da Economia, Paulo Guedes, enviou na noite desta terça-feira (10) um ofício aos presidentes da Câmara e do Senado pedindo a aprovação de 19 propostas prioritárias da pauta econômica. São 16 projetos de lei ou medidas provisórias e três propostas de emenda à Constituição.

O documento foi obtido com exclusividade pela TV Globo. No pedido, feito ao deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ) e ao senador Davi Alcolumbre (DEM-AP), Guedes afirma que as propostas atendem à "necessidade de blindagem da economia brasileira" frente ao atual cenário econômico.

"Trata-se de matérias infraconstitucionais que já estão em tramitação e que são extremamente relevantes para resguardar a economia do país, aumentar a segurança jurídica para os negócios e atrair investimentos", diz Guedes no ofício.

G1

Reforma tributária: secretários admitem incluir governo federal na gestão de imposto unificado

O presidente do Comitê dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz), Rafael Fonteles, afirmou ontem que os estados já aceitam que a União faça parte do comitê gestor do futuro Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) – um imposto de valor agregado, que não altera a carga tributária atual.

A criação do IBS está definida em uma proposta de reforma tributária aprovada pelo Comsefaz em julho e apresentada aos governadores. O imposto seria cobrado no destino (onde o produto é consumido), unificando os cinco tributos sobre consumo que existem hoje: PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS.

A declaração sobre a participação da União na gestão do imposto foi dada em Brasília após reunião do comitê com o secretário da Receita Federal, José Barroso Tostes Neto, e com o o chefe da assessoria especial de Assuntos Institucionais do Ministério da Economia, Esteves Colnago.

A posição inicial dos estados, divulgada em meados do ano passado, era de que o governo não participaria desse comitê gestor. De acordo com Fonteles, de lá para cá, essa posição foi flexibilizada.

"Os estados entendem que a União deve participar, mas defendem um peso maior para os estados [no comitê gestor], haja vista a importância do tributo sobre o consumo na arrecadação estadual. Está se discutindo quórum e peso de cada ente da federação", explicou o presidente do Comsefaz.

DIVERGÊNCIAS SOBRE FUNDOS

Outros pontos da proposta ainda geram divergência entre a União e os secretários de Fazenda. Ainda não há consenso sobre a origem dos recursos que vão formar os fundos de desenvolvimento regional e de compensação de perdas dos estados com desoneração de exportações.

Os estados defendem que o governo federal abra mão de parte da arrecadação

com os impostos de consumo, e use essa fatia para compor os dois fundos. A União defende que essa parcela seja mantida, e que uma outra fonte de recursos seja indicada.

"Os estados defendem que [a origem dos recursos para esses fundos] seja no tributo, e a União defende que venha dentro da PEC 188, com aquelas receitas do petróleo [R\$ 450 bilhões em 15 anos]. A gente quer que, ao invés de vir das receitas do petróleo, que venha diretamente do tributo, da parcela da União na arrecadação. E, se for necessário não ter as receitas do petróleo, os estados preferem que venha do tributo."

"Isso formaliza melhor essa mudança do pacto federativo, do 'Mais Brasil, menos Brasília'", disse Fonteles. Outro tema que ainda está sendo discutido com a área econômica, segundo o presidente do Comsefaz, é a abrangência do chamado "imposto seletivo" - que seria cobrado sobre produtos específicos, definidos em lei.

Tribuna

“Temos de entender por que a economia não cresce”



O PRESIDENTE da Câmara declarou que “é óbvio” que o governo não tem uma relação organizada com o Parlamento atrapalha

BRASIL ECONÔMICO

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou na noite da última segunda-feira (9), em entrevista ao canal GloboNews, que a crise internacional que soma a epidemia do novo coronavírus a uma guerra de preços no petróleo afetará a economia brasileira.

Para Maia esse é o “tsunami” que atingirá a economia de todo o mundo, mas, para que o Brasil saia melhor deste momento, deve-se “entender por que nossa economia, depois da reforma da Previdência, não cresce”.

O deputado disse também que a crise que reduziu

o crescimento do País não tem a ver com crise internacional. Ele explica que a liberação de dinheiro do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e a redução da taxa de juros pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) não deram resultado. “Os números já são menores do que a expectativa que todos nós tínhamos”, disse.

Para Maia, mesmo com teto de gasto e a reforma da Previdência, não se conseguiu reduzir o tamanho das despesas. O presidente da Câmara disse, no entanto, que há condições de aprovar toda a reforma tributária em 2020.

Segundo o parlamentar,

com a crise internacional, cabe agora ao governo comandar com “diálogo” e “serenidade” a reação do Estado brasileiro, “que é comandado pelo presidente da República, com outros Poderes”.

Para o presidente da Câmara, o governo deveria ter encaminhado a PEC emergencial e as reformas tributária e administrativa no início de 2019. “O problema da retomada lenta não está no Congresso”, declarou. “As duas Casas (do Congresso) lideraram a reforma da Previdência”, afirmou. “A Previdência caminhou porque resolveu comandar com líderes na Câmara, e o Davi (Alcolumbre) no Senado”, disse.

Sobre a relação com os parlamentares, o deputado declarou que “é óbvio” que o governo não tem uma relação organizada com o Parlamento atrapalha. “Se tinha a intenção de os líderes entregarem a PEC emergencial em 5 de dezembro e não aconteceu, foi por falta de organização da base de governo.”

Segundo Maia, o que o País precisava discutir agora é o Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e a redução da pobreza e da desigualdade.

Durante a entrevista, o presidente da Câmara criticou ainda a equipe econômica do governo.

A TARDE

O jornal de toda Bahia

RENDA Teto do benefício passará a meio salário mínimo de renda per capita pago a pessoas com deficiência e idosos

Congresso derruba veto e amplia o BPC

**MARCELO BRANDÃO E
REDAÇÃO**

Agência Brasil, Brasília

Após cerca de cinco horas de discussão, o veto do presidente Jair Bolsonaro ao projeto que aumenta o limite da renda familiar para recebimento do benefício de prestação continuada (BPC) foi derrubado. A derrubada do veto começou pelo Senado, com 45 votos contrários, contra 14 favoráveis.

Na Câmara, o veto foi derrubado com 302 votos a 137. A matéria vai à promulgação.

O BPC é um benefício assistencial equivalente a um salário mínimo, pago a pessoas com deficiência e idosos partir de 65 anos com até um quarto de salário mínimo de renda familiar per capita.

A lei aprovada no Congresso e vetada por Bolsonaro alterava exatamente o teto da renda, ampliando o número de pessoas aptas a receber o benefício.

Com a derrubada do veto, portanto, o pagamento será feito a famílias com até meio salário mínimo de renda per capita.

A rejeição do veto terá impacto financeiro para o governo, uma vez que mais pessoas passarão a ter direito ao benefício. Segundo o Ministério da Economia, o efeito nas contas públicas será de cerca de R\$ 20 bilhões por ano e chegará a



Os parlamentares favoráveis à derrubada do veto consideram injusto economizar na ajuda à população pobre

A lei aprovada no Congresso e vetada por Bolsonaro amplia número de beneficiados

cerca de R\$ 23,3 bilhões em 2029.

Contrários à derrubada do veto argumentaram que o Brasil passa por uma crise financeira e que o aumento prejudicaria o orçamento para outras áreas. Até o combate ao coronavírus foi citado.

"Derrubar esse veto é aca-

bar com recurso de emendas impositivas e, inclusive, com recursos para combater o coronavírus. É um discurso fora da realidade", disse o deputado Osmar Terra (MDB-RS).

Injusto

Até cerca de um mês atrás, Terra era ministro da Cida-

dania do governo Bolsonaro e chefiava a pasta responsável pelo pagamento de benefícios como o BPC e o Bolsa Família.

Os parlamentares favoráveis à derrubada do veto consideram injusto o Parlamento querer economizar exatamente na hora de ajudar a população pobre.

"Não é possível que o Congresso que de insensível esse apelo. Quando chega na hora do orçamento para os mais pobres, os que mais precisam, aqueles que têm pessoas com deficiência na família, aí o governo quer tirar", disse Lídice da Mata (PSB-BA).

Sem sustento

O BPC, no valor de um salário mínimo (atualmente em R\$ 1.045), é pago mensalmente. Para ter direito, idosos ou pessoas com deficiência têm de comprovar que não têm meios próprios de se sustentar, e nem auxílio da família.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse ter conversado com líderes partidários para tentar manter o veto presidencial.

Na avaliação do parlamentar, a derrubada do veto "mais atrapalha do que ajuda" e tem consequências orçamentárias para este e para os próximos anos.

"O impacto é grande. Em um momento difícil, em um momento em que a economia brasileira já começa a dar sinais de que não vai crescer o que estava projetado no início do ano, e em um dia em que foi decretada pandemia [do coronavírus], com as bolsas caindo muito, com um nervosismo grande dos atores econômicos, acho que foi uma sinalização equivocada", disse Maia.

Veículo: O Globo	Online
Data: 13/03/2020	Coluna: Economia

O GLOBO

Derrubada de veto tem impacto de R\$ 20 bilhões

Ao derrubar veto do presidente Bolsonaro, o Congresso ampliou o acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), com impacto de R\$ 20 bilhões este ano nas contas públicas. Atitude foi vista como retaliação devido ao impasse sobre o Orçamento. O governo estuda medida para impedir a mudança.

Enquanto a equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, esperava uma sinalização do avanço das reformas pelo Congresso antes de propor medidas para atenuar os efeitos econômicos do coronavírus, senadores e deputados derrubaram ontem um veto do presidente Jair Bolsonaro cujo impacto aos cofres públicos será de R\$ 20 bilhões só neste ano. A decisão dos parlamentares foi entendida como uma retaliação ao governo na tensão política criada em torno do Orçamento.

A decisão do Congresso amplia o acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) — que representa um salário mínimo pago a pessoas com deficiência e idosos de baixa renda. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), lamentou o resultado e disse que trabalhou para a manutenção do veto.

—Acho que foi uma uma sinalização equivocada. É claro que todos querem melhorar o valor do BPC, do Bolsa Família, os investimentos sociais no Brasil. Agora, o Orçamento é um só — afirmou Maia, acrescentando: — Na hora em que você toma a decisão de criar despesa de um lado, tem que entender que pode, inclusive, estar correndo o risco de ter um espaço menor para conseguir mais recursos para o enfrentamento ao coronavírus.

Na noite de ontem, a equipe econômica se reuniu com o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, os presidentes das duas Casas do Congresso e parlamentares para discutir como viabilizar recursos para a enfrentar a pandemia.

Na reunião, Guedes defendeu o entendimento com o Congresso:

—Temos que trabalhar juntos. A luta política existe. Mas a saúde do povo brasileiro está acima da luta política. Chegou o momento que não dá pra brigar. Agora é um problema de saúde pública e de impacto econômico—disse o ministro.

Na Economia, porém, os técnicos já discutem, inclusive, uma saída jurídica para tentar barrar a mudança no BPC a fim de evitar a asfixia de recursos. Isso poderia ser feito no Supremo Tribunal Federal (STF) ou no Tribunal de Contas da União (TCU), por causa dos impactos nas contas públicas. Mas ainda não há decisão tomada.

O projeto eleva o limite de renda familiar per capita para fins de concessão do BPC de um quarto do salário mínimo (R\$ 261,25) para meio salário mínimo (R\$ 522,50). Hoje, o piso nacional é de R\$ 1.045. O projeto foi protocolado em 1997 pelo então senador Cacildo Malda, aprovado no fim do ano passado e vetado por Bolsonaro. O veto agora caiu, e a nova regra passará a valer assim que o texto foi promulgado pelo Congresso.

R\$ 210 BILHÕES EM DEZ ANOS

O governo estima um impacto de R\$ 217 bilhões em uma década com a derrubada do veto, sendo R\$ 20 bilhões apenas neste ano. O veto foi derrubado pelos senadores por 45 votos a 14 e, em seguida, pelos deputados por 302 votos a 136.

Um outro efeito que preocupa integrantes do governo é a situação das filas de espera junto ao INSS, segundo uma fonte da Economia. Isso deve ocorrer por causa do aumento de pessoas com acesso ao benefício, que terão que ir ao

INSS solicitar o direito.

O acúmulo de requerimentos de benefícios do INSS formou uma fila desde o início do ano passado. Hoje, há 1,9 milhão de pedidos aguardando uma decisão, dos quais 1,3 milhão em análise há mais de 45 dias (praz legal para o INSS se pronunciar). A área econômica não tem uma estimativa exata de quantos pedidos poderiam engrossar essa fila com a derrubada do veto do BPC.

A derrubada do veto ocorreu enquanto a equipe econômica esperava a sinalização de um avanço das reformas já propostas pelo governo no Congresso e a redução da tensão entre Legislativo e Palácio do Planalto, criada em razão do Orçamento, antes de propor ações de estímulo à economia, segundo fontes.

Para mitigar o efeito econômico da crise do coronavírus, estão em estudo, por exemplo, ações para micro e pequenas empresas que, segundo uma fonte, têm potencial de contribuir com o crescimento da economia. O ministério evita falar em qualquer detalhe que esteja sendo avaliado.

Segundo um interlocutor de Guedes, porém, ainda é cedo para anunciar medidas voltadas para as empresas. O diagnóstico é que os impactos na economia real, ou seja, no dia a dia das companhias, seguem limitados —apesar da redução na oferta de insumos causada pela desaceleração na China.

O foco permanece na aprovação de reformas estruturais e no avanço de ações legislativas que possam aumentar investimentos. Mas a avaliação é que só com a situação política mais tranquila será possível avançarem medidas concretas contra a crise. Fontes do governo avaliam que o mandamento das reformas já seria suficiente para o governo lançar mão de medidas que estimulem a economia. O que poderá ser feito ainda é incerto. Os técnicos garantem que os incentivos em estudo não terão impacto fiscal.

CRESCIMENTO MENOR DO PIB

Guedes negocia com o Congresso uma solução para avançar o andamento das reformas, como a que autoriza cortes no funcionalismo como forma de ajustar as contas públicas, prevista na proposta de emenda constitucional (PEC) Emergencial. A medida é considerada a principal arma da equipe econômica para abrir espaço fiscal suficiente para adotar medidas de estímulo à economia, diante da crise econômica global.

O ministro e o relator da proposta, o senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR), acertaram alterações no texto. Segundo o parlamentar, já está definido, por exemplo, que saúde, segurança e educação serão blindados dos cortes salariais. A proposta autoriza União, estados e municípios a reduzir em até 25% salários de servidores públicos, com corte proporcional na jornada de trabalho.

— Estão fazendo um terrorismo, dizendo que vão cortar escolas, saúde, não vamos fazer nada disso — afirmou Guimarães.

Ontem, o Ministério da Economia cortou a previsão de crescimento do PIB neste ano de 2,4% para 2,1%.

Na terça-feira, Guedes enviou ao Congresso ofício em que pede votação rápida de 16 projetos de interesse da pasta e de PECs, e cita as reformas administrativa e tributária, que ainda não foram apresentadas pelo governo. O documento causou mal-estar no governo e pegou ministros de surpresa. Guedes não consultou colegas e atropelou a área política, disse uma fonte. Além disso, ministros questionaram o fato de Guedes mandar um ofício para presidentes das Casas.

“Foi uma sinalização equivocada. Todos querem melhorar o valor do BPC, do Bolsa Família, os investimentos sociais no Brasil. Agora, o Orçamento é um só” —

Rodrigo Maia, presidente da Câmara

FOLHA DE S.PAULO

Congresso derrota governo e impõe gasto extra de R\$ 20 bi

Parlamentares derrubam veto de Bolsonaro à ampliação de benefício social

Thiago Resende, Daniel Carvalho e Bernardo Caram

BRASÍLIA Numa derrota do governo, o Congresso derrubou nesta quarta-feira (11) um veto do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) à ampliação do BPC (benefício assistencial a idosos carentes e deficientes).

O Ministério da Economia estima um aumento de cerca de R\$ 20 bilhões nas despesas por ano. Em dez anos, a alta nos gastos públicos pode chegar a R\$ 217 bilhões.

O governo deve recorrer à Justiça contra a decisão, segundo apurou a Folha.

Para 2020, a equipe econômica ainda terá que calcular o impacto fiscal. A elevação da despesa na área social pressiona, então, ainda mais

públicas do ministro Paulo Guedes (Economia) e dar um mal sinal ao mercado diante da crise do coronavírus.

"Essa votação neste momento [...] não é conveniente", discursou o líder do PP na Câmara, Arthur Lira (AL), lembrando que, nesta quarta, o Ibovespa, principal índice da Bolsa de valores do país, apresentou forte recuo (7,6% no fim do dia).

Ex-ministro da Cidadania, o deputado Osmar Terra (MDB-RS) também atuou pela manutenção do veto, ou seja, contra a ampliação de beneficiários do BPC.

"Não temos dinheiro no Brasil para pagar isso aí", disse Terra. Ele alegou que o custo reduziria o orçamento para emendas parlamentares

impositivo e com a agenda reformista de Guedes.

O Palácio do Planalto e o Legislativo travaram um embate nas últimas semanas sobre o controle de parte do Orçamento. Um acordo foi fechado e a divisão do poder sobre os recursos ainda precisa ser aprovada no Congresso.

Ampliação do BPC compromete teto de gastos, diz Tesouro

Alexa Salomão e Eduardo Cucolo

SÃO PAULO O secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Al-

meida, afirmou que a ampliação do BPC compromete a regra do teto de gastos e os investimentos federais.

"O que aconteceu foi muito sério. Uma despesa adicional de R\$ 20 bilhões coloca em risco o teto de gastos no próximo ano. Como não tenho onde cortar em despesa obrigatória, já não dou aumento, não faço concurso, teria de cortar investimentos. Isso seria reduzir o investimento de R\$ 45 bilhões neste ano, que já é muito baixo, para R\$ 25 bilhões no ano que vem", afirmou à Folha.

Acordo feito entre o governo federal e o TCU (Tribunal

de Contas da União) no governo Michel Temer, em 2018, permite que o governo possa transferir uma despesa aprovada sem previsão de receita, como é o caso dessa proposta, para o ano seguinte.

Com isso, o governo teria tempo para tentar derrubar essa despesa no próprio Congresso, o que seria a melhor alternativa política para o Poder Executivo.

O pagamento do benefício para mais pessoas neste ano também pode ser contestado judicialmente, segundo o economista Marcos Mendes e o diretor-executivo da IFI (Instituição Fiscal Independente), Felipe Salto.

Mendes, colunista da Folha e que trabalhou na elaboração da emenda consti-

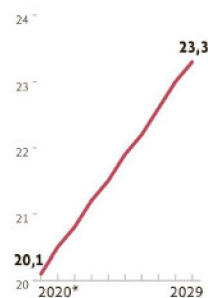
tucional do teto de gastos, afirma que a proposta que amplia o número de beneficiários com o BPC não prevê fonte de receita nem indica qual despesa deve ser cortada para acomodar esse gasto dentro do limite. Por isso, seria inconstitucional.

A questão da previsão de receitas também está prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal e nas regras do Orçamento.

"O Executivo tem material de sobra para, por meio da AGU [Advocacia-Geral da União], alegar que não vai cumprir, porque é inconstitucional essa determinação."

Governo estima gasto de R\$ 217 bilhões em dez anos com ampliação do BPC

Impacto fiscal, em R\$ bilhões



Elevação da faixa de renda que dá direito ao BPC

Como é hoje

- É pago a idosos carentes e deficientes
- A renda familiar não pode ultrapassar 1/3 do salário mínimo por pessoa
- Ou seja, R\$ 261,25 por membro da família, em valores de 2020

Como é a proposta

- O BPC continua sendo pago a pessoas acima de 65 anos e deficientes
- A renda per capita da família subiria para metade do salário mínimo
- Ou seja, R\$ 522,50 por membro da família

Próximos passos

- Congresso derrubou veto de Bolsonaro
- Novas regras vão à promulgação, o que deve ocorrer em uma semana

*Em 2020, o cálculo considera o ano todo. Governo vai calcular impacto para o resto do ano.
Fonte: Ministério da Economia

Guedes diz que coronavírus pode tirar do PIB um ponto percentual

BRASÍLIA Um dia depois de o presidente Jair Bolsonaro dizer que a crise do coronavírus é uma "fantasia", o ministro Paulo Guedes (Economia) disse que a pandemia pode reduzir em até um ponto percentual o PIB em relação à atual expectativa de crescimento, de 2,1% para 2020.

Essa projeção é para um cenário mais catastrófico para o caso de uma crise provocada pela covid-19 se estender por mais sete meses. O quadro mais realista com o qual trabalha a equipe econômica é de queda de 0,3 ponto percentual.

Guedes foi ao Congresso na noite desta quarta (11), depois de os parlamentares aprovarem uma despesa extra de R\$ 20 bilhões ao ano para o governo.

Na reunião, convocada de emergência a pedido do Planalto, Guedes disse a deputados e senadores que a solução para a crise gerada pela pandemia é do Legislativo e que o sistema pode entrar em colapso.

"A solução é política, é de todos os senhores. O mapa técnico nós temos, sabemos como ligar as torneiras, como despejar o dinheiro, como realocar o dinheiro, temos essa capacidade, vamos acelerar as reformas. Agora, tem uma coisa que é inescapável: a solução é política. Por exemplo, se nós conturbarmos o ambiente político por um lado, o Congresso reage por outro lado e aprava mais despesas, não são as que nós queremos, derrubamos o teto [de gastos], vamos para a Lei de Responsabilidade Fiscal, o governo trava os recursos, onde nós vamos parar?"

Mais cedo, o Congresso derrubou um veto do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) à ampliação do BPC (benefício assistencial a idosos carentes e deficientes). Após a derrota, Guedes e Fernando

o Orçamento deste ano, que já está no limite do teto de gastos —regra que impede o crescimento das despesas públicas acima da inflação.

Por maioria, a Câmara e o Senado decidiram alterar as regras para que uma família tenha direito ao benefício, apesar de articulação do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), em favor do Palácio do Planalto.

A derrota do governo é, dizem parlamentares, um recado para Bolsonaro, que elevou o tom na crítica ao Congresso.

Com a derrubada do veto, os novos critérios do BPC devem passar a valer na próxima semana, pois o texto vai à promulgação. Não há mais recursos no Legislativo para o presidente evitar o aumento de despesas, mas o governo ainda pode tentar recorrer à Justiça.

Hoje o governo tem que garantir um salário mínimo (R\$ 1.045) por mês à pessoa com mais de 65 anos que não possui renda suficiente (considerada miserável). Isso também vale para deficientes.

Os critérios são previstos em lei: a renda familiar não pode ultrapassar 25% do salário mínimo por pessoa. Ou

CELEBRE O DIA DO CONSUMIDOR COM A DELL

Ofertas incríveis com economia de até R\$ 400.

OFERTAS DO CONSUMIDOR 10X SEM JUROS

seja, R\$ 261,25 por membro da família, em valores atuais.

O Congresso decidiu dobrar esse teto de remuneração. A renda per capita da família subirá para metade do salário mínimo. Ou seja, R\$ 522,50 por integrante.

No ano passado, o Congresso aprovou esse mesmo projeto para que mais pessoas tenham direito ao BPC. O Planalto barrou a proposta e, nesta quarta, o veto foi analisado.

Para derrubar um veto, é necessário o voto da maioria absoluta dos congressistas das duas Casas — 257 deputados e 41 senadores.

O Senado, por 45 votos a 14, derrubou o veto, defendendo a ampliação do número de beneficiários.

Minutos depois, na Câmara, o governo tentou ajustar a articulação política. Mesmo com o respaldo de líderes de partidos de centro e do presidente da Casa, a maioria dos deputados (302 a 137) decidiu contra o veto de Bolsonaro.

“Trabalhei pela manutenção do veto. De fato, o impacto é grande num momento difícil, que a economia brasileira começa a dar sinais de que não vai crescer aquilo que estava projetado no início do ano [...] Acho que foi uma sinalização equivocada”, comentou Maia, após o resultado.

Apesar do embate com o Planalto envolvendo o Orçamento impositivo e as manifestações do dia 15, líderes do centro — grupo de partidos independentes — recomendaram voto em linha com o governo.

O argumento é que a Câmara não poderia colocar em risco o plano de ajuste nas contas



ECONOMIA DE R\$ 434

A: Novo Inspiron 14 5000

De R\$ 5.399

Por **R\$ 4.965** à vista

em até 10x de **R\$ 496,50** sem juros

10ª geração do processador Intel® Core™ i7, Windows 10 Home, 16GB de memória, SSD de 256GB, placa de vídeo NVIDIA® GeForce® MX250, tela infinita, 1 ano de assistência no local e teclado retroiluminado.

Frete grátis para todo o Brasil.

ECONOMIA DE R\$ 329

B: Inspiron 15 5000

De R\$ 3.628

Por **R\$ 3.299** à vista

em até 10x de **R\$ 329,90** sem juros

8ª geração do processador Intel® Core™ i5, Windows 10 Home, 8GB de memória, HD de 1TB, 1 ano de assistência no local, teclado retroiluminado e airtouch.

Frete grátis para todo o Brasil.

ECONOMIA DE R\$ 400

C: Novo Vostro 14 5000

De R\$ 5.279

Por **R\$ 4.879** à vista

em até 10x de **R\$ 487,90** sem juros

10ª geração do processador Intel® Core™ i7, Windows 10 Pro, 8GB de memória, SSD de 256GB, placa de vídeo NVIDIA® GeForce® MX250, tela Full HD, 1 ano de garantia ProSupport e teclado retroiluminado.

Frete grátis para todo o Brasil.

ECONOMIA DE R\$ 200

D: Servidor Torre PowerEdge T140

De R\$ 6.999

Por **R\$ 6.799** à vista

em até 10x de **R\$ 679,90** sem juros

Servidor básico fácil de usar, seguro e prático para negócios em expansão. Processador Intel® Xeon® E-2224, 8GB de memória e HD de 1TB.

Frete grátis para todo o Brasil.



Espera mais de um computador novo.

Acesse www.dell.com.br ou ligue para 0800 970 0246

FRETE GRÁTIS

10X SEM JUROS

ASSISTÊNCIA NO LOCAL

Ofertas válidas até 10/03/2020, limitadas, por linha de produto, a 03 unidades para pessoa física, seja por aquisição direta e/ou entrega a ordem, que não tenha adquirido equipamentos Dell nos últimos 90 dias, e a 03 unidades para pessoa jurídica ou titular de empresas com até 500 funcionários registrados. Os serviços de suporte pós-garantia e demais serviços serão faturados em nota fiscal especial de prestação de serviço. Cálculo do valor do produto sem frete. Preços referenciados com impostos para consumidores pessoa física, comprando com CPF. O preço final aplicável nas vendas para pessoas jurídicas comprando com CNPJ pode variar de acordo com o Estado em que retiver o equipamento e o endereço do produto, em razão das diferenças de impostos para cada Estado. As ofertas podem ser adquiridas através de cartão de crédito das operadoras Visa, MasterCard ou American Express. Para mais detalhes sobre a promoção, sobre outras condições de pagamento, condições de frete e sobre a garantia do seu equipamento, consulte o seu representante de vendas ou visite o site www.dell.com.br. Empresas beneficiadas pela Lei de Informática. Plano de Serviços para mais informações, acesse www.dell.com.br/servicos. Fotos meramente ilustrativas. Garantia total (legal + contratual) de 07 anos, inclui peças e mão de obra, restrita aos produtos Dell. Na garantia no centro de reparos, o Cliente, após contato telefônico com o Suporte Técnico da Dell com diagnóstico remoto, deverá levar o seu equipamento ao centro de reparos localizado em SP ou encaminhar para Correios, este sem taxa, desde que seja preservada a caixa original do produto. Na garantia a domicílio/assistência técnica no local, técnicos serão deslocados, se necessário, após consulta telefônica com diagnóstico remoto. Produtos e softwares de outras marcas estão sujeitos aos termos de garantia dos respectivos fabricantes, conforme o respectivo site. Para mais detalhes sobre a garantia do seu equipamento, consulte o seu representante de vendas ou visite o site www.dell.com.br. A Dell não garante a compatibilidade entre qualquer sistema operacional e os sistemas a serem instalados pelo cliente. Ultrabook, Celeron, Celeron Inside, Core Inside, Intel, o logotipo Intel, Intel Atom, Intel Atom Inside, Intel Core, Intel Inside, o logotipo Intel Inside, Intel vPro, Itanium, Itanium Inside, Pentium, Pentium Inside, vPro Inside, Xeon, Xeon Phi, Xeon Inside e Intel Optane são marcas registradas da Intel Corporation ou de suas subsidiárias nos EUA e/ou em outros países. Microsoft e Windows são marcas registradas da Microsoft Corporation nos EUA, Vostro, Inspiron e PowerEdge são marcas registradas da Dell Inc. © 2019 Dell Inc. Todos os direitos reservados.



Bezerra (MDB-PE), líder do governo no Senado, foram ao Palácio da Alvorada reunir-se com Bolsonaro.

Pouco depois, os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-RJ), e da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), convocaram líderes partidários para uma reunião de emergência, a portas fechadas.

Além de Guedes, participam os ministros Luiz Henrique Mandetta (Saúde), Jorge Oliveira (Secretaria-Geral) e Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo) e o presidente do BC, Roberto Campos Neto.

Aida de Guedes e os demais ministros ao Congresso foi lida por alguns líderes e parlamentares presentes na reunião de emergência como uma sinalização que o governo pode tentar reaver o total dos recursos do Orçamento que ficaram na mão do relator, Domingos Neto (PSD-CE).

Durante a tarde, líderes tentavam costurar um entendimento para destinar R\$ 5 bilhões dos R\$15 bilhões dessas emendas ao combate à pandemia do coronavírus.

Em contrapartida, queriam que o governo mantivesse o acordo para votar os projetos de lei enviados pelo governo e aprovados nesta quarta na CMO (Comissão Mista de Orçamento) e, assim, garantissem a palavra final de parte dos recursos com o Congresso. Daniel Carvalho, Renato Onofre, Julia Chaib e Bernardo Caram

FOLHA DE S.PAULO

Inflação vai a 0,25% em fevereiro; dólar ainda não afeta preços

Nicola Pamplona

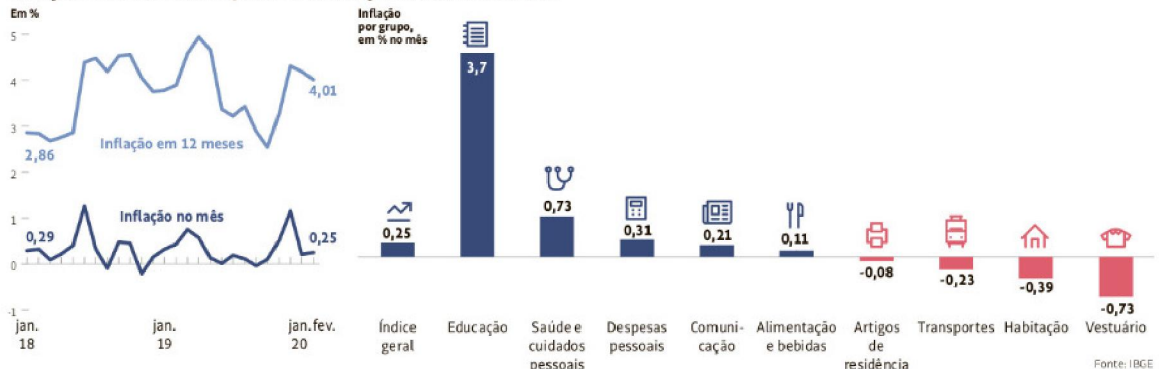
RIO DE JANEIRO O IPCA, índice oficial de inflação no país, fechou fevereiro em 0,25%, ante 0,21% registrado no mês anterior, informou nesta quarta (11) o IBGE. Apesar da alta em relação a janeiro, foi o menor índice para o mês desde 2000.

A taxa veio bem acima das estimativas de analistas ouvidos pela Bloomberg, que previam 0,15%, mas é mais baixa do que o 0,43% registrado em fevereiro de 2019, quando o índice foi pressionado também pelo efeito das chuvas.

No ano, a inflação é de 0,46%. Em 12 meses, o índice acumula alta de 4,01%, em linha com a meta estabelecida pelo Banco Central para o fim de 2020, de 4%. No mais recente relatório Focus, do Banco Central, o mercado projetava que o índice chegaria a dezembro em 3,20%.

De acordo com o IBGE, a inflação de fevereiro foi pressionada por aumentos nos grupos Educação e Saúde e

Inflação sobe em fevereiro, mas é a menor para o mês desde 2000



cuidados pessoais, com altas em cursos regulares e de produtos de higiene pessoal. Por outro lado, teve alívio da redução dos preços das carnes, da energia e da gasolina.

O gerente do Sistema Nacional de Índices de Preços do IBGE, Pedro Kislavov, diz

que a alta da inflação foi muito concentrada e indica retração da demanda. "A economia tem se recuperado, mas de forma ainda lenta. A demanda está retraída e não se percebe ainda impacto na inflação."

Segundo Kislavov, ainda não é possível perceber im-

pacos da alta do dólar no índice. "O impacto do câmbio leva um tempo para desaparecer. Ainda mais quando se tem uma demanda desaquecida, em que a capacidade de repasse dos custos é limitada."

Os gastos com educação su-

biram 3,7% no mês, puxados principalmente pelo reajustes em cursos regulares (4,42%), item que engloba desde creche ao ensino superior. Já o grupo Saúde e cuidados pessoais (alta de 0,73%) foi pressionado pelos itens de higiene pessoal, que aumentaram 2,12% em fevereiro.

A carne, que havia disparado no fim de 2019 em resposta ao aumento da demanda chinesa, continua em queda. Após recuar 4,03% em janeiro, caiu 3,53% em fevereiro, se tornando o principal impacto individual negativo no índice do mês.

Fonte: IBGE

Tribuna

Inflação oficial acelera para 0,25% em fevereiro, mas tem menor taxa

G1

Pressionado pelos reajustes das mensalidades escolares e de cursos, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerado a inflação oficial do país, ficou em 0,25% em fevereiro, depois de ter registrado uma taxa de 0,21% em janeiro, segundo divulgou ontem o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Apesar da aceleração, trata-se da menor taxa para meses de fevereiro desde 2000, quando o índice foi de 0,13%.

Em 12 meses, a taxa acumulada atingiu 4,01%, abaixo dos 4,19% registrados nos 12 meses imediatamente anteriores, ficando bem próxima do centro da meta do governo para o ano, que é de 4%.

Nos dois primeiros meses do ano, o IPCA acumula alta de 0,46%, menor inflação para o período já regis-

trada em toda a série histórica do IBGE, iniciada em 1980. Até então, a taxa mais baixa para janeiro e fevereiro tinha sido registrada em 2018 (0,61%).

A inflação comportada neste começo de ano abre caminho para uma maior aposta do mercado sobre a possibilidade de novos cortes na taxa básica de juros em meio ao temor de uma recessão global e de desaceleração da economia brasileira.

Dos 9 grupos de produtos e serviços pesquisados, 5 apresentaram alta em fevereiro, com destaque para os custos de educação (3,70%), cujo grupo apresentou a maior variação mensal e o maior impacto (0,23 ponto percentual) no IPCA do mês.

A alta do grupo Educação foi influenciada principalmente pelos reajustes habitualmente praticados no começo do ano letivo, especialmente aqueles dos cursos regulares (4,42%), item responsável pela maior contribui-

ção individual (0,20 p.p.) na taxa de inflação de fevereiro.

O gerente da pesquisa, Pedro Kislanov Costa, destacou que se trata de um movimento sazonal do setor educacional. "Fevereiro vai ser sempre um mês que vai se ter uma alta assim proeminente", afirmou.

O grupo Alimentação e bebidas desacelerou para 0,11%, com a queda sustentada novamente pelo recuo nos preços das carnes (-3,53%), que haviam recuado 4,03% em janeiro. A alimentação fora do domicílio desacelerou para 0,22%, ante alta de 0,82% em janeiro. Entre as altas, destaque para cenoura (19,83%), tomate (18,86%) e manga (7,56%).

Segundo o IBGE, a carne foi o item que mais ajudou a conter a alta da inflação. De acordo com o gerente da pesquisa, o preço caiu em todas as regiões, mas a queda mais intensa foi observada no Rio de Janeiro, única capital a registrar deflação.

Agravamento da crise reforça debate sobre uso de medidas fiscais

Na visão de alguns especialistas, governo precisa injetar dinheiro na economia, mesmo sob forte restrição fiscal

Por **Arícia Martins** — De São Paulo

12/03/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Diante da ameaça crescente de efeitos mais severos do coronavírus sobre o nível de atividade no Brasil, ganha espaço entre economistas a avaliação de que a política monetária, agora, já é insuficiente para fazer frente ao choque negativo. A visão não é consenso, mas alguns especialistas argumentam que, numa situação de urgência, o governo precisa injetar dinheiro na economia, mesmo sob forte restrição fiscal.

“No curto prazo, a parte fiscal é mais importante do que a monetária”, afirma Simão Silber, professor da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP). Num choque de oferta, com menor circulação de pessoas, a produção é interrompida e estímulos monetários não vão impulsionar a atividade, avalia Silber.

Nesse cenário atípico, o governo poderia acelerar um montante considerável de gastos, sugere. Como exemplos, além das despesas emergenciais necessárias na saúde, ele enumera concessão de aposentadorias para todos os benefícios pendentes de análise no INSS, inclusão no Bolsa Família dos possíveis beneficiários que estão na fila, aumento de recursos para o programa habitacional Minha Casa, Minha Vida, liberação de novos saques do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e concessão de seguro-desemprego por um prazo maior.

“É preciso dar um colchão mínimo de renda para as pessoas, além de evitar pânico”, avalia Silber, para quem, num quadro de emergência como o que se avizinha, o cumprimento do teto de gastos fica em segundo plano. “Não pode suspender o teto, mas pode furar, porque nunca tivemos uma pandemia nos tempos modernos. Esta não é uma condição de normalidade”, ressalta.

Crítico de longa data do teto e favorável a uma flexibilização da regra, Bráulio Borges, pesquisador associado do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), avalia que fazer essa mudança “no olho do furacão” seria imprudente. Num momento de forte aversão ao risco, mexer em regras fiscais poderia elevar a incerteza e reduzir ainda mais a confiança dos agentes econômicos, diz Borges, também economista-sênior da LCA Consultores. “Não saberíamos se a mudança seria para uma regra fiscal pior ou melhor.”

Para o pesquisador, se o teto fosse alterado para um bom modelo, como o proposto pelos economistas Fabio Giambiagi e Guilherme Tinoco, e, ao mesmo tempo, medidas de contenção de gastos como a PEC emergencial e a reforma administrativa fossem aprovadas, o risco de efeito negativo na confiança poderia ser mitigado. “Mas não é nada garantido que o governo consiga fazer essas mudanças.”

Assim, o arsenal de medidas imediatas para conter a derrocada da atividade seria limitado, segundo Borges: reduzir mais a Selic e autorizar mais saques temporários do FGTS - liberação que não afeta o gasto primário, mas não deixa de ser uma política de estímulo fiscal, afirma. Na conjuntura atual, o debate sobre elevar os gastos do governo faz sentido porque, diferentemente de cortes de juros, seu efeito sobre a economia não depende da decisão de empresas e consumidores, observa ele.

Num ambiente de incerteza elevada, em que a demanda do setor privado fica reprimida, cortar os juros pouco ajudaria a alavancar empréstimos, defende Armando Castelar, coordenador de Economia Aplicada do Ibre. Por isso, Castelar é contrário a reduções adicionais da Selic e a uma atuação mais forte do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). “Não temos problema de falta de crédito. O BNDES tem quase R\$ 100 bilhões em caixa, mas as empresas não querem investir.”

Da mesma forma, não seria eficaz baratear ainda mais o custo do crédito se as pessoas não vão sair de casa para consumir, acrescenta o coordenador. Em sua opinião, liberações de saques do FGTS poderiam ser feitas de forma mais seletiva, em regiões menos afetadas pela doença.

Para Castelar, o crucial no momento seria uma sinalização mais forte do governo de que a agenda de reformas, com destaque para a tributária e a administrativa, será priorizada. “Nem o cidadão comum nem o empresário sabem para onde o governo quer levar o país”, o que inibe decisões de investir, aponta o economista. “Ninguém sabe a prioridade do governo. Neste ambiente, o investimento, que é o que está segurando o crescimento, não vai voltar.”

Já José Luís Oreiro, professor da Universidade de Brasília (UnB), é defensor de estímulos monetários e fiscais para fazer frente ao agravamento do choque, reação que, segundo ele, seria convencional. Como considera a situação extrema, Oreiro avalia que a regra do teto deveria ser suspensa por dois anos, alteração que só pode ser feita via emenda constitucional. Supondo que a mudança seja rápida, o impacto positivo de mais investimentos públicos sobre o PIB também viria logo, argumenta o professor.

“Dado o baixo crescimento em que a economia já vinha, e a ameaça de recessão mundial, não é hora para amarrar as mãos”, diz Oreiro. Como reduções da Selic levam de seis a nove meses para surtir efeito sobre a atividade, suspender o teto seria justificável, avalia. “É um momento de muita incerteza, que exige flexibilizar regras fiscais.”

Oreiro sugere, ainda, a suspensão das devoluções do BNDES ao Tesouro e assistência da União a Estados que, com queda dos royalties do petróleo, fiquem sem condições de arcar com a folha pagamento de seus funcionários.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Cardiologista do Brasil: Pare de comer esses 3 alimentos imediatamente
VITAL 4K

LINK PATROCINADO

O segredo para comprar na Adidas que as pessoas não sabem
CUPONOMIA

LINK PATROCINADO

Poliglota de 22 anos ensina inglês em 8 semanas e vira febre na internet
MÉTODO INGLÊS RÁPIDO

LINK PATROCINADO

Levante | Invista melhor em 2020. Baixe agora o relatório e saiba qual é o melhor fundo imobiliário para 2020.
LEVANTE IDEIAS

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Gestores de fundos multimercados e ações revisam carteiras

VALOR INVESTE

XP rebate questionamentos de investidor que apostou em baixa de suas ações

VALOR INVESTE

'Não durmo tranquilo', diz Mansueto sobre crescimento 'muito baixo' da economia do país

Mais do Valor Econômico

Tesouro anuncia programa de compra e venda de títulos públicos

Ação é coordenada com o Banco Central

12/03/2020 10:21 — Em Finanças

BCE mantém juros e anuncia compras de 120 bi de euros em ativos até o fim do ano

Baque no PIB pode ser mais que o dobro do estimado

Equipe do Ministério da Economia dá demonstração de que pretende se matner no plano traçado

Por Fabio Graner — De Brasília

12/03/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

O impacto da crise do coronavírus sobre a economia pode ser mais do que o dobro do oficialmente previsto pelo governo em sua atualização divulgada ontem. Mesmo assim, ainda mostra-se mais otimista do que boa parte do mercado, que já tem projeções de expansão do Produto Interno Bruto (PIB) inferiores a 1,5%.

A Secretaria de Política Econômica fez 81 simulações e considerou como cenário mais provável redução de 0,3 ponto percentual no crescimento deste ano. O cenário pessimista oficializado foi de perda de 0,5 ponto percentual. O pior quadro entre os exercícios realizados, contudo, chega a uma perda de 0,66 ponto percentual, o que colocaria a taxa de expansão na casa de 1,8% - em comparação com os 2,4% originais.

O subsecretário de Política Macroeconômica, Vladimir Kuhl Teles, explicou que esse número maior seria de um cenário "catastrófico", para ele pouco provável de ocorrer. Teles explicou que essa estimativa considera um choque de 15% nos termos de troca (preços de commodities principalmente), recuperação apenas no terceiro trimestre, queda de 0,6 ponto no crescimento mundial e um choque negativo na produtividade.

Vale lembrar ainda que a divulgação foi feita antes de o coronavírus ser classificado como pandemia e instalar nova rodada de pânico. Ou seja, o cenário envelheceu mais depressa que o habitual.

A entrevista de divulgação das projeções foi aproveitada pelas autoridades do Ministério da Economia para uma enfática defesa da manutenção do teto de gastos com está hoje. Foi uma resposta ao crescimento do debate para que se flexibilize esse limite de despesas para combater a crise internacional.

"Teto de gatos é solução, temos que rever nossas despesas obrigatórias", disse o secretário Adolfo Sachsida, em uma das mais enfáticas manifestações em defesa do limite constitucional de despesas.

O subsecretário Marco Cavalcanti destacou a importância da PEC Emergencial, que reduziria despesas obrigatórias e abriria espaço no orçamento para realização de outras despesas, como investimentos. Nesse sentido, ele apresentou pesquisa com o mercado mostrando que a PEC Emergencial pode reduzir gastos em até R\$ 16,6 bilhões. O valor, contudo, tende a ser menor, já que a PEC caminha para ser desidratada.

Discorde-se ou não, fica claro que o time de Paulo Guedes pretende se manter no plano traçado. A dúvida que fica é se a equipe econômica terá condições políticas de conseguir manter sua estratégia com o agravamento da crise.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Cardiologista do Brasil: Pare de comer esses 3 alimentos imediatamente
VITAL 4K

LINK PATROCINADO

O segredo para comprar na Adidas que as pessoas não sabem
CUPONOMIA

LINK PATROCINADO

Autonomia de bateria para você se libertar

Infraestrutura defende incentivo para aéreas, mas Guedes é contra

Tarcísio de Freitas sugere redução tributária de PIS e Cofins para o querosene de aviação, mas encontra resistência no Ministério da Economia

Por Lu Aiko Otta — De Brasília

12/03/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



Tarcísio de Freitas: situação das companhias aéreas preocupa, embora crise não tenha chegado com força ao setor — Foto: Edsom Leite/MI

O impacto do coronavírus sobre o mercado de aviação civil foi discutido ontem numa reunião dos ministros da Economia, Paulo Guedes, e da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas.

Embora as empresas brasileiras ainda não tenham sido impactadas tão duramente quanto as europeias, principalmente no mercado doméstico, há preocupação com as rotas internacionais. É nelas que atuam as empresas low cost, que o governo quer convencer a aumentar investimentos no Brasil.

Freitas deixou o Ministério da Economia ainda sem uma resposta. “Estamos pensando”, disse, ao ser questionado se haviam chegado a alguma solução.

Uma das propostas preparadas pelo grupo técnico da Infraestrutura é o corte de PIS e Cofins sobre o querosene de aviação, para baratear o combustível. Essa proposta já está sobre a mesa desde o ano passado.

Porém, enfrenta resistências do Ministério da Economia. Guedes e sua equipe têm insistido que a melhor forma de enfrentar a desaceleração provocada pela crise é a aprovação das reformas. E que não há espaço para a adoção de estímulos fiscais. Num quadro de fragilidade das contas públicas, aumentar gastos ou conceder benefícios seria um sinal errado, avaliam.

A queda nos preços internacionais do petróleo não se refletiu ainda nos preços do querosene de aviação.

O governo trabalha em outras frentes para baratear o combustível. Por exemplo, aumentar a concorrência na distribuição. Hoje, três empresas dominam esse mercado e o governo estima que essa situação permita uma "gordura" de 20% a 30% nos preços. O aumento da concorrência depende de alterações regulatórias pela Agência Nacional de Petróleo (ANP) e Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), que estão em elaboração.

Outra medida em análise é a autorização do uso do querosene Jet-A no Brasil. É o mesmo usado nos Estados Unidos.

Além de medidas emergenciais para a aviação civil, os dois ministros discutiram projetos de interesse das duas pastas em análise no Congresso Nacional. Um deles é o que autoriza que ferrovias sejam construídas sob regime de autorização, mais rápido do que a concessão.

Outro projeto considerado prioritário é o que cria a BR do Mar, abrindo o mercado da navegação de cabotagem. O texto ainda não foi enviado ao Congresso Nacional. "Vai ser enviado", afirmou Freitas após a reunião.

As duas pastas defendiam modelos diferentes para a abertura do mercado ao afretamento de navios estrangeiros. Chegou-se a um modelo no qual os dois modelos conviverão.

Num dia em que a B3 passou pelo segundo "circuit breaker" da semana e o governo sofreu uma dura derrota no Congresso, os dois ministros acharam tempo para um momento de descontração. Freitas chegou ao Ministério da Economia acompanhado do ex-jogador Nunes, centroavante autor de dois dos três gols da vitória do Flamengo contra o Liverpool na final do campeonato mundial de 1981. Guedes é flamenguista roxo.

O ministro da Infraestrutura conheceu Nunes, um ídolo de sua infância, em cerimônia no Rio. Aproveitando que vinha a Brasília para uma agenda de trabalho, o ex-jogador almoçou com o ministro.

Ver também:

Governo baixa projeção de alta do PIB de 2,4% para 2,1%

Bancos públicos têm R\$ 208 bi para enfrentar crise

Guedes quer recursos para emprestar para empresas e pessoas físicas para amenizar impacto na economia da pandemia do coronavírus

O Estado de S. Paulo · 12 março 2020 · B6 · Adriana Fernandes / BRASÍLIA

Os bancos públicos – Caixa, Banco do Brasil e BNDES – têm um arsenal de pelo menos R\$ 207,8 bilhões de recursos para emprestar a empresas e pessoas físicas. A oferta de crédito abundante é uma das linhas de ação do ministro da Economia, Paulo Guedes, para enfrentar o impacto na economia da pandemia do coronavírus, que pode tirar 0,5 ponto porcentual do PIB.

A orientação de Guedes é que a comunicação de que há crédito abundante neste momento deve ser feita pelos bancos para seus clientes. O BB prevê um aumento do crédito de R\$ 57,8 bilhões e a Caixa de R\$ 50 bilhões. Já o BNDES R\$ 100 bilhões de recursos para liberar.

Sem espaço no Orçamento para estímulos do lado da despesa, a equipe econômica considera a principal resposta à crise do coronavírus virá pelo lado monetário. O Banco Central (BC) está pronto para anunciar nova liberação dos depósitos compulsórios, recursos que os bancos são obrigados a deixar no BC. Atualmente, há R\$ 380 bilhões em compulsórios.

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, tem ainda um cardápio de instrumentos financeiros à disposição para serem acionados. Uma fonte da equipe econômica avaliou que, se não há espaço fiscal para ampliar os gastos neste momento da crise do coronavírus, como nos países que estão anunciando medidas de flexibilização fiscal, o Brasil tem espaço monetário para expandir.

Mesmo diante da pressão por todos os lados, inclusive de lideranças do próprio governo, Guedes já deixou claro que não está na sua cartilha a adoção de instrumentos de estímulo fiscal nos moldes dos que foram adotados pelos governos do PT. A auxiliares repete que o “coronavírus não vai derrubar a economia”. Na avaliação da equipe econômica, não há risco de recessão. Para Guedes, o dólar mais alto vai estimular as exportações e ajudar na redução da dívida com a venda de reservas.

O ministro da Economia, porém, acenou para o Congresso uma “arma secreta” de estímulo para beneficiar os mais pobres para ser acionada assim que andar algum dos projetos da sua agenda econômica. Essa garantia foi dada aos líderes do governo que pressionaram o Ministério da Economia por medidas de estímulo ao crescimento.

Guedes e sua equipe resistem com o argumento de que é preciso avançar nas reformas porque há muitos investimentos que estão andando no País e dependem de votação de projetos do Congresso, como o novo marco regulatório do saneamento.

FGTS. Medidas de aumento de tributos estão completamente descartadas pela equipe econômica. Em outra frente, o governo estuda a possibilidade de o FGTS ser usado como garantia das operações com cartão de crédito. A informação é do secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida, que não deu, no entanto, prazos para a medida poder ser anunciada nem detalhou que tipo de transação seria beneficiada. Segundo ele, as taxas astronômicas do cartão de crédito poderão cair bastante com a garantia dos recursos do fundo.

BCE deve anunciar pacote de estímulo

O Estado de S. Paulo · 12 março 2020 · B5 · Eduardo Gayer

Apesar de já ter demonstrado preocupação com os efeitos colaterais de uma política monetária altamente acomodatória, o Banco Central Europeu (BCE) deve apresentar, hoje, um amplo pacote de estímulos, como corte de juros, atualmente em -0,50% ao ano, e ampliação do programa de relaxamento quantitativo (QE, na sigla em inglês). A medida seria uma resposta aos impactos econômicos do novo coronavírus e à iminência de uma recessão no bloco comum, de acordo com cinco instituições consultadas pelo Estadão /Broadcast.

A presidente do BCE, Christine Lagarde, já disse que a Europa está sujeita a sofrer uma crise semelhante à de 2008 por causa do coronavírus, hoje declarado como uma pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Um corte de juros de olho nos efeitos da doença sobre a economia por parte do BCE deve vir a reboque de seus pares inglês e americano, que cortaram suas taxas básicas de forma extraordinária em 0,5 ponto porcentual nos últimos dias 3 e 11, respectivamente.

O Morgan Stanley aposta no que chama de “pacote completo”: corte de 0,1 ponto porcentual nos juros e salto nas compras de títulos de \approx 20 bilhões para \approx 40 bilhões por mês. “Embora continuemos céticos de que o corte proporcionará um estímulo econômico significativo, vemos a medida como sinal de forte compromisso do BCE com seu mandato.”

Nos EUA, o presidente Donald Trump anunciou na noite de ontem a suspensão por 30 dias de voos da Europa para o país e disse estar “confiante” de que seu governo “reduzirá significativamente” a ameaça do surto para os cidadãos americanos.

Saiba mais sobre as medidas anunciadas por Trump

Câmara deve liberar uso de até R\$ 5 bilhões

Ministro Mandetta agradeceu a liberação de recursos, que deve vir por meio de emendas; ideia é usar verba para ampliar atendimento em postos

O Estado de S. Paulo · 12 março 2020 · A1 · Mateus Vargas Julia Lindner / BRASÍLIA

O Executivo definiu com o Congresso a liberação de até R\$ 5 bilhões, via emendas, para o enfrentamento da doença.

O ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta (DEM), disse ontem que o Congresso Nacional deve liberar até R\$ 5 bilhões, via emendas, para o enfrentamento do novo coronavírus. O valor é parte dos cerca de R\$ 15 bilhões que terão destinação indicada pelo relator do Orçamento, deputado Domingos Neto (PSDCE). “Muito obrigado ao presidente (da Câmara) Rodrigo Maia por ter sensibilizado todos os líderes a liberar essas emendas”, disse Mandetta na comissão da Câmara sobre o enfrentamento da doença.

O Estado apurou que parte dos recursos já seria destinada à Saúde, mas Domingos Neto iria apontar como a verba seria alocada. Agora, a ideia é que o dinheiro fique livre para a pasta usar como melhor entender, desde que para enfrentar a doença. Segundo o relator, o Congresso será “solidário à situação do novo coronavírus”.

Mandetta disse que o Brasil está na fase de “recomendações” sobre a covid-19, mas que pode partir para “determinações”, conforme o número de casos aumentar. O ministro também reconheceu que precisará de mais recursos para enfrentar a doença. Ele citou o investimento de R\$ 900 milhões para ampliar de cerca de 1,5 mil para 6,7 mil o número de postos de saúde que atendem em horário estendido.

Medidas. Segundo ele, o governo ainda avalia medidas restritivas mais rígidas sobre a doença, como evitar o contato social para pessoas acima de 60 anos ou com doença crônica, estimular o trabalho home office ou mudar regras sobre falta ao emprego e atestado médico.

Congresso amplia benefício e governo vê teto de gastos em risco

O Estado de S. Paulo · 12 março 2020 · A1 · Idiana Tomazelli Camila Turtelli Adriana Fernandes / BRASÍLIA

O Congresso derrubou ontem o veto do presidente Jair Bolsonaro a um projeto de lei que eleva o limite de renda para a concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC). A decisão cria fatura adicional de R\$ 20 bilhões anuais ao governo com a ampliação do alcance do benefício assistencial à baixa renda. A medida permitirá a concessão do benefício, de um salário mínimo (R\$ 1.045,00), a pessoas com deficiência ou idade superior a 65 anos e renda de até R\$ 522,50 por membro da família. Antes, era elegível grupo familiar com renda de até R\$ 261,25 por pessoa. Com a ampliação, o governo estima custo adicional de R\$ 217 bilhões em uma década – o equivalente a 27% da economia obtida com a reforma da Previdência. O resultado da votação ganhou contornos de crise na equipe econômica, que prevê maior dificuldade para fechar as contas diante do cenário de queda na arrecadação. Também vai aumentar a fila de espera por benefícios do INSS, atualmente de 1,9 milhão de pessoas.

Choque de Poderes. Congresso impõe derrota ao governo ao criar despesa de R\$ 20 bi e secretário Mansueto Almeida afirma que pode ser ‘o fim do teto de gastos’, mas Rodrigo Maia diz que ‘nada é o fim do mundo’; equipe econômica pode ir à Justiça para barrar decisão

Em um momento de desaceleração da economia e incertezas por conta do avanço do novo coronavírus, o Congresso Nacional impôs ontem uma derrota ao governo ao criar fatura adicional de R\$ 20 bilhões anuais por meio da ampliação do alcance do chamado Benefício de Prestação Continuada (BPC) voltado para a baixa renda. O resultado da votação ganhou contornos de crise na equipe econômica, que prevê maior dificuldade para fechar as contas diante do cenário de queda na arrecadação e necessidade de frear gastos com custeio e investimento.

A decisão do Legislativo permite a concessão do BPC (um salário mínimo, hoje em R\$ 1.045,00) a idosos com mais de 65 anos e pessoas com deficiência com renda familiar de até R\$ 522,50 por pessoa. Antes, eram elegíveis as famílias com renda de até R\$ 261,25 por pessoa. Com a ampliação, o governo estima um custo adicional de R\$ 217 bilhões em uma década – o equivalente a 27% da economia obtida com a reforma da Previdência. Vai aumentar também a fila de espera por benefícios do INSS, que já acumula 1,9 milhão de pessoas.

O secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, afirmou ao Estadão/Broadcast que a medida “pode significar o fim do teto de gastos”. O mecanismo, que limita o avanço das despesas à inflação, é considerado a grande “âncora” para a confiança dos investidores no ajuste fiscal em curso no País. A ele são atribuídos os resultados mais favoráveis na dívida pública brasileira e as taxas de juros básicos da economia em mínimas históricas.

Para o secretário, é “improvável” que o Congresso faça a compensação com o corte de outra despesa obrigatória: “Isso pode significar o fim do teto dos gastos e, assim, um ajuste fiscal só poderá ser feito com aumento de carga tributária em um País que já tem a carga tributária de país rico, perto de 34% do PIB”.

Saída jurídica. Segundo apurou a reportagem, a equipe econômica deve buscar uma saída jurídica para barrar a decisão do Congresso neste ano, solução que já está sendo analisada pelos técnicos. Acionar o Tribunal de Contas da União (TCU) também não está descartado. A Corte de contas já decidiu, em outras ocasiões, pela suspensão da aplicação de medidas com custo fiscal até que houvesse compensação no Orçamento.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), tido como aliado da equipe econômica na pauta de ajuste, discordou do diagnóstico de Mansueto sobre o fim do teto de gastos, mas reconheceu a necessidade de encontrar uma saída: “Nada é o fim do mundo, mas não é uma decisão boa (do Congresso). Mas acho que a gente ainda tem um prazo.”

Análise: Mudança no BPC não cabe no Orçamento

O perigo econômico da inação

O Estado de S. Paulo · 12 março 2020 · A1

Mercados voltaram a desabar e a pandemia foi declarada, mas o governo brasileiro ainda se negava, ontem, a reconhecer uma emergência econômica.



Mercados voltaram a desabar, a pandemia foi declarada, o governo americano prometeu liberar US\$ 200 bilhões, europeus anunciaram investimentos de 25 bilhões de euros e novas medidas de proteção se multiplicaram, mas o governo brasileiro ainda se negava, ontem, a reconhecer uma emergência econômica. A “resposta sólida” à crise externa e aos desafios internos é mesmo a realização de reformas, insistiu o secretário especial da Fazenda, Waldery Rodrigues, ao apresentar a nova grade de projeções para 2020. Embora quase menosprezando a crise e os tais desafios, a Secretaria de Política Econômica reduziu de 2,4% para 2,1% o crescimento estimado para este ano, mas com o cuidado de manter fora das contas, por enquanto, possíveis efeitos da queda de preços do petróleo. No mercado, a mediana das projeções de crescimento já havia caído para 1,99% na sexta-feira, antes, portanto, da onda de pânico mundial dos últimos dias. Em quanto tempo será aprovado o tal conjunto de reformas? O Congresso ainda esperava, ontem, o projeto de reforma administrativa prometido pelo Executivo para logo depois do carnaval. Também faltava receber as prometidas contribuições do Ministério da Economia às propostas de reforma tributária. Não fazem diferença, afinal, para a “resposta sólida” à crise externa e aos tais desafios internos?

Pelo menos uma voz destoou, no entanto, da quase indiferença da maior parte do governo. A hipótese de uma ação especial foi mencionada, no

Rio de Janeiro, pelo presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Gustavo Montezano. Ele recordou a importância do papel contracíclico do banco em momentos de insegurança nos mercados.

O BNDES, afirmou, tem caixa e condições de liquidez para aumentar os empréstimos, se houver necessidade, podendo realizar neste ano desembolsos entre R\$ 60 bilhões e R\$ 70 bilhões. “Nosso papel contracíclico neste momento”, explicou, “é manter as linhas abertas e inalteradas.” Em outros momentos o banco foi, além disso, atuando de modo mais firme e determinado para sustentar a atividade econômica. Mas, de toda forma, o reconhecimento de um quadro crítico já é um dado muito positivo, quando as principais figuras do Ministério da Economia agem como se qualquer risco fosse ainda remoto.

O Banco Central (BC) continua sendo, por enquanto, a fonte mais segura de ação contra os efeitos econômicos da nova pandemia. A possibilidade de mais um corte de juros foi indicada em nota publicada há mais de uma semana, no dia 3. Final da nota: “O Banco Central enfatiza que as próximas duas semanas permitirão uma avaliação mais precisa dos efeitos do surto de coronavírus na trajetória prospectiva de inflação no horizonte relevante da política monetária”. Não se trata, obviamente, apenas dos efeitos na inflação, mas do impacto da epidemia – agora pandemia – numa atividade econômica já muito fraca.

O espaço para uma nova redução dos juros básicos foi evidenciado, mais uma vez, com a divulgação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de fevereiro. No mês passado o IPCA subiu 0,25%, a menor taxa para o mês desde o ano 2000. A alta acumulada em 12 meses ficou em 4,01%, praticamente em cima da meta deste ano (4%). Preços por atacado têm sido pressionados pelo câmbio, há meses, mas o repasse ao varejo tem sido dificultado principalmente pelo desemprego, ainda muito alto, e pela baixa qualidade das ocupações disponíveis no mercado brasileiro.

O estado das contas públicas limita, naturalmente, as possibilidades de ação oficial contra os efeitos econômicos do vírus. Mas a limitação maior é a negação da gravidade dos desafios. Com o reconhecimento haveria, provavelmente, maior empenho na busca de respostas. As possibilidades incluiriam estratégias baseadas no uso do BNDES e de outros bancos estatais. Mas para isso seria preciso admitir uma emergência negada pelo presidente da República e pelo ministro da Economia.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 12/03/2020	Caderno: Notícias



Quinta, 12 de Março de 2020 - 10:24

Bolsas operam em baixa e dólar bate R\$ 5 pela 1ª vez na história



As principais bolsas operam em baixa, nesta quinta-feira (12), e o dólar bateu R\$ 5 pela 1ª vez na história.

O principal índice da Ibovespa, a B3, iniciou o dia em leilão e caiu. A bolsa brasileira teve queda de 11% e teve circuit breaker, isto é, a interrupção de todas as operações. Já a bolsa de Londres opera em queda de 5,16%, a de Frankfurt em 5,31% e Paris em 5,30%.

As bolsas asiáticas também afundam. Na Ásia, a bolsa de Tóquio fechou em baixa de 4,41%, enquanto a de Xangai caiu 1,52%. Já os preços do petróleo têm mais um dia de queda acentuada, recuando cerca de 6% pela manhã.